

## ATA NÚMERO 97

### Reunião do Comité Executivo – Parte I

16 de março 2026

 Lisboa ([Hotel Meliá Lisboa Aeroporto](#))

09h30 - 13h00 (hora local) | INT: PT, FR, ESP e ENG

---

#### **Introdução. Natureza da reunião**

Às nove horas e trinta minutos do dia desaseis de março de dois mil e vinte e seis, reuniu-se o Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), em modo híbrido, a partir do Hotel Meliá Lisboa Aeroporto, com interpretação simultânea em português, francês, espanhol e inglês.

#### **1. Boas-vindas pela Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia (DGMARE) - Charlina Vitcheva;**

A Sra. Charlina Vitcheva começou por manifestar a sua satisfação por estar presente naquela sessão, referindo que já não participava nas reuniões do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) havia algum tempo, e que regressava com muito agrado. Destacou que, na Comissão Europeia, estavam a trabalhar intensamente numa agenda estratégica e ambiciosa, sublinhando que, em Bruxelas, as Regiões Ultraperiféricas (RUP) eram vistas como parceiros essenciais e intervenientes fundamentais nas discussões estratégicas. No domínio do oceano, reforçou o seu papel determinante, acrescentando ser um prazer acompanhar estas regiões na construção de um futuro sustentável e viável. Manifestou igualmente satisfação pelo dinamismo do Conselho Consultivo mais novo, o CCRUP, que só era possível com a participação de todos os presentes. Referiu que aquela sessão assumia particular importância, uma vez que seria apresentada a primeira revisão de desempenho do CCRUP que era fundamental, pois permitia obter uma perspetiva externa e profissional sobre o funcionamento da organização, sendo importante não apenas identificar fragilidades, mas também reconhecer sucessos, retirar aprendizagens e promover melhorias contínuas. Assegurou que, na Comissão Europeia, nomeadamente na DGMARE, existia uma atenção constante às especificidades das RUP, reconhecendo o seu estatuto particular e a necessidade de o refletir em todas as iniciativas, incluindo na agenda estratégica. Agradeceu as contribuições apresentadas pelo CCRUP, destacando a sua importância para o trabalho da Comissão Europeia, uma vez que permitia integrar melhor as especificidades locais. Referiu, em particular, contributos relacionados com a transição

energética, o Pacto para os Oceanos, a avaliação da Política Comum das Pescas, o combate à pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada (INN), bem como questões de financiamento e simplificação regulamentar para as RUP. Destacou a importância das contribuições no âmbito da definição das oportunidades de pesca, referia-se às unidades populacionais reguladas pela União Europeia e mencionou a existência de cinco Totais Admissíveis de Captura (TACs), distribuídos pelos Açores, Madeira, Canárias e Guayane Francesa e que as recomendações poderiam incluir propostas sobre os níveis de TAC. Tal abordagem seria extremamente benéfica, nomeadamente na implementação de medidas técnicas e na adoção das soluções necessárias para assegurar uma gestão sustentável das pescas nessas regiões. Reconheceu que aquela abordagem poderia não ser propositada, mas que, atendendo à mobilidade das frotas entre regiões ultraperiféricas, faria sentido desenvolver recomendações conjuntas, nomeadamente em matérias como áreas marinhas protegidas ou outras medidas de conservação. Relativamente ao financiamento, salientou tratar-se de um tema central, abrangendo tanto fundos europeus como financiamento dos Estados Membros. No que diz respeito aos fundos da União Europeia, enfatizou a importância de uma implementação eficaz. Observou que, embora as medidas de compensação estivessem a ser executadas de forma satisfatória, as reformas estruturais — fundamentais para assegurar a viabilidade a longo prazo das regiões, representavam atualmente apenas cerca de 1% a 2% dos fundos utilizados. Nesse sentido, incentivou à identificação e priorização dos desafios estruturais mais urgentes, bem como à utilização estratégica e eficiente dos recursos financeiros disponíveis. Abordou igualmente o papel das Organizações Regionais de Gestão das Pescas (RFMOs), destacando a sua importância para o CCRUP. Referiu, em particular, a Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC) e a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT), sublinhando que todas as contribuições do CCRUP eram relevantes e constituíam elementos importantes para a tomada de decisão da Comissão Europeia. Valorizou ainda a participação ativa dos membros nos grupos de trabalho, não apenas através de recomendações, mas também no processo de preparação e acompanhamento das reuniões. Relativamente à próxima reunião da IOTC, destacou a necessidade de dar continuidade ao trabalho relevante desenvolvido, especialmente, nos dois anos anteriores, onde se reforçou uma abordagem mais cooperativa entre as partes interessadas. Recordou a sua participação em Bangkok, onde promoveu a transição de um ambiente mais conflituoso para uma lógica de cooperação, incluindo progressos em matérias como os Dispositivos de Concentração de Peixes (DCP). Referiu ainda que no ano anterior, a reunião anual da IOTC organizada pela União Europeia, decorreu num ambiente muito positivo, graças à boa organização e coordenação entre as diferentes entidades envolvidas. Para o ano em curso, salientou que os principais desafios para o trabalho da IOTC seria em manter uma boa metodologia de atribuição das possibilidades de

pesca do espadarte (*Xiphias gladius*), sublinhando tratar-se de um aspeto fundamental para a frota da União Europeia, em particular em Maiote e na ilha da Reunião. Referiu ainda que era essencial reforçar a cooperação entre todas as delegações e que a União Europeia, atuando em nome dos Estados-Membros, procurava articular posições não apenas internamente, mas também com todas as partes contratantes com vista à construção de soluções que salvaguardassem os interesses comuns, esperando que se alcançasse um acordo que reconhecesse as especificidades daquelas regiões e assegurasse condições de concorrência equitativas. Indicou ainda que um dos temas centrais da reunião do IOTC seria a negociação relativa à quota do Galha à ré (*Thunnus Albacares*). Abordou igualmente a Estratégia Marítima Atlântica, onde houve uma presença bastante sólida através das Regiões Ultraperiféricas e recordou que, no corrente ano, tinha sido realizada a revisão do *Atlantic Action Plan* e que a Comissão Europeia tinha sido incumbida de desenvolver uma estratégia macrorregional para a região atlântica. Sublinhou a importância de preservar os progressos já alcançados no domínio marítimo, garantindo a articulação entre os diferentes processos, e referiu que o objetivo não se limitava à revisão do plano de ação, mas também por integrar a estratégia marítima numa abordagem mais ampla, de natureza atlântica e macrorregional, apelando à colaboração ativa dos membros nesse trabalho futuro. Em relação à aquacultura enquadrou a temática no âmbito mais vasto da avaliação da Política Comum das Pescas, referindo que havia processos muito importantes em curso, nomeadamente a revisão da implementação das orientações estratégicas. Sublinhou a necessidade de identificar formas de desbloquear o potencial ainda por explorar no setor das pescas e da aquacultura, reconhecendo a importância das condições específicas que enquadravam o desenvolvimento da aquacultura. Em relação às perspetivas para 2026, referiu a avaliação do regulamento da Política Comum das Pescas, cuja publicação estava prevista para o início de maio e cuja avaliação permitiria uma primeira discussão entre os ministros, no Chipre, sendo encorajada a preparação atempada por parte dos ministros, para assegurar que os interesses das regiões ultraperiféricas fossem devidamente considerados. Afirmou também que estava em andamento a preparação de uma Visão para 2040 para as pescas e a aquacultura, que integraria os resultados da avaliação e dos contributos recolhidos junto das partes interessadas. Paralelamente, previa-se o desenvolvimento de um roteiro para a transição energética no setor, bem como de uma estratégia de ação externa, elementos considerados essenciais para a sustentabilidade e competitividade das pescas europeias. Entre outras iniciativas relevantes, a Sra. Charlina Vitcheva destacou o Pacto Europeu para os Oceanos, bem como a revisão do quadro de planeamento do espaço marítimo e da estratégia marinha, com impacto direto na gestão das atividades piscatórias. Concluiu que o setor das pescas e o domínio marítimo tinham adquirido uma centralidade sem precedentes na agenda política da União

Europeia, sendo fundamental assegurar a implementação eficaz das iniciativas, com o contributo ativo e contínuo de todos os intervenientes.

### **Perguntas e respostas:**

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*), referiu que, que considerava extremamente relevante o fator financeiro sobretudo no âmbito dos mecanismos de compensação, pois era esse apoio que permitia que uma região ultraperiférica pudesse funcionar em condições de igualdade com o restante território nacional e europeu, garantindo uma concorrência equilibrada dentro da União Europeia. Afirmou que era fundamental sublinhar que as regiões ultraperiféricas não podiam suportar uma redução nas compensações de custos. Por outro lado, no que dizia respeito ao enquadramento dessas ajudas, afirmou que se verificava que, à data, a compensação era atribuída no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEMPA), no entanto, defendeu que constituiria um avanço significativo a criação de um instrumento próprio, à semelhança do modelo POSEI. Afirmou que aquela comparação era particularmente evidente nas Canárias e presumivelmente também nas restantes regiões ultraperiféricas quando se analisava o funcionamento do POSEI no setor agrícola e no setor das pescas. Tratando-se de instrumentos com objetivos e fundamentos semelhantes, o facto de o POSEI dispor de um regime próprio permitia uma maior agilidade na execução, assegurando que os apoios chegassem ao setor de forma mais célere. A título de exemplo, no caso da agricultura nas Canárias, os apoios podiam ser processados num prazo de seis meses a um ano, enquanto as compensações atribuídas através do FEMPA chegavam, por vezes, a sofrer atrasos de dois a três anos, sobretudo em períodos de transição entre quadros financeiros.

A Sra. Charlina Vitcheva afirmou que tinha conhecimento que os mecanismos de compensação eram extremamente importantes, que reconhecia a situação específica e as vulnerabilidades particulares das regiões ultraperiféricas. Era precisamente por essa razão que cerca de 50% dos recursos provenientes do FEAMPA eram destinados a esses mecanismos de compensação, refletindo fatores como a insularidade e o isolamento, tal como já tinha referido. Informou que esse financiamento deveria manter-se, e, tanto quanto foi possível apurar, não existiam indícios de que viesse a ser posto em causa no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia. Pelo contrário, previa-se a sua continuidade, sendo ainda discutida a melhor forma de integrar as regiões ultraperiféricas no futuro quadro orçamental, quer através de um plano específico, solução claramente recomendável, quer de forma transversal nos diferentes instrumentos, nomeadamente no âmbito dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais (NRPP). A compensação, em si, funcionava de forma relativamente automática e célere, o que não levantava

grandes preocupações, no entanto, os instrumentos de natureza mais estrutural, destinados a promover o desenvolvimento económico e a criar dinâmicas de crescimento, não estavam a produzir os resultados esperados, apresentando níveis de execução bastante reduzidos. Tornava-se, por isso, essencial garantir que o desenvolvimento económico e as dinâmicas de crescimento fossem implementadas através de projetos sólidos e de grande impacto. Paralelamente, afirmou que se previa uma intensificação da reflexão estratégica, desde logo com o lançamento de três iniciativas relevantes ao longo do ano. No quadro do Pacto Europeu para os Oceanos, seria desenvolvida uma estratégia específica para as zonas costeiras, com forte incidência nas regiões ultraperiféricas. Acrescia ainda a revisão da estratégia dedicada a estas regiões, liderada pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO), bem como uma estratégia para as ilhas, igualmente relevante do ponto de vista territorial. Estas estratégias visavam permitir às RUPs projetarem-se de forma mais ambiciosa, não apenas como territórios vulneráveis, mas como espaços com elevado potencial de desenvolvimento económico. Nesse sentido, referiu duas dimensões fundamentais: por um lado, as vulnerabilidades associadas às alterações climáticas, aos fenómenos meteorológicos extremos, à poluição e à perda de biodiversidade, que exigiam respostas orientadas para o reforço da resiliência, por outro lado, surgia a economia azul sustentável, como uma oportunidade estratégica central. A economia azul era encarada como um dos pilares da competitividade europeia, oferecendo um vasto leque de oportunidades, desde as energias renováveis marinhas até às biotecnologias de base oceânica, passando pelas infraestruturas no mar para além dos setores tradicionais, como a pesca, a aquicultura e o transporte marítimo, pelo que se abriam novas perspetivas de crescimento e inovação. Afirmou que seria essencial adotar uma abordagem estratégica que valorizasse aquelas oportunidades pois permitiria posicionar as regiões costeiras, e em particular as ultraperiféricas, num patamar mais elevado de desenvolvimento. Tratava-se, assim, de gerir uma verdadeira dualidade: por um lado, mitigar vulnerabilidades através da resiliência, por outro, potenciar a economia azul como motor de crescimento. Sublinhou que, à escala global, se a economia azul, fosse considerada globalmente, corresponderia à quinta maior economia do mundo. A União Europeia dispunha, naquele domínio, de uma vantagem competitiva significativa, que deveria ser plenamente aproveitada e desenvolvida, em estreita articulação com as regiões costeiras.

O Sr. Ludovic Courtois (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion*) afirmou que gostaria de saber a opinião da Sra. Charlina Vitcheva em relação à recente revisão do relatório de capacidade da frota, bem como sobre os desenvolvimentos que daí resultaram, nomeadamente a comunicação, divulgada cerca de quinze dias antes, dirigida aos Estados-Membros e às regiões ultraperiféricas. Essa comunicação visava clarificar as

possibilidades ou limitações relativas à renovação das frotas de pesca. O segundo ponto que pretendia abordar, ainda que já tivesse sido parcialmente referido, dizia respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 2028-2034 e, em particular, à sua posição quanto à manutenção dos mecanismos de compensação dos custos adicionais. Estava em causa a possibilidade de assegurar esse apoio através de um programa operacional específico, associado às condicionantes da insularidade e da distância, designadamente um modelo inspirado no POSEI-Pescas, cuja criação era defendida por França, Espanha e Portugal.

A Sra. Charlina Vitcheva afirmou que a Comissão Europeia trabalhou intensivamente durante 3 anos na melhoria dos apoios à renovação das frotas nas RUP e que gostaria de começar por referir que esta era, na prática, o único caso em que o apoio público à renovação da frota era permitido, embora esse tipo de apoio fosse geralmente considerado uma subvenção a nível internacional, não apenas à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas também no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Por essa razão, estavam em curso negociações com vista a disciplinar este tipo de apoios, não apenas na União Europeia, mas a nível global. De facto, muitos países já tinham ultrapassado os limites da sua capacidade de pesca e deixado de conceder qualquer subsídio para a renovação das frotas. No contexto da União Europeia, a única exceção assentava precisamente nas especificidades e desafios das regiões ultraperiféricas, sendo esse apoio enquadrado no regime de auxílios. Nesse âmbito, existiam várias possibilidades de intervenção, desde logo, o regime de apoio dos *minimis* que permitia, a atribuição de apoios até 30.000,00€ por empresa num período de três anos, montante que podia mesmo atingir os 40.000,00€ caso existisse um registo nacional de auxílios estatais. Esse instrumento revelava-se particularmente importante para pequenas embarcações, nomeadamente em regiões onde predominavam embarcações com menos de nove metros, como em vários territórios ultraperiféricos. Paralelamente, existiam decisões específicas em matéria de auxílios estatais que tinham de ser implementadas anualmente, sujeitas a condicionalidades relacionadas com o equilíbrio entre as oportunidades de pesca e as capacidades das frotas. Afirmou ainda que essas regras tinham sido objeto de um trabalho técnico intenso, tendo sido inicialmente adotadas soluções temporárias e, posteriormente, regimes permanentes, com maior flexibilidade. Sublinhou que essa flexibilidade não podia ser ilimitada. A atribuição de financiamento público exigia responsabilidade: apoiar a construção ou renovação de embarcações sem garantir a viabilidade económica do setor, poderia ter efeitos negativos, como o aumento da pressão sobre os recursos, a fragilização do modelo económico das pescas e o desperdício de fundos públicos em investimentos não sustentáveis. Nesse sentido, a condicionalidade era considerada essencial e mesmo no caso de apoios de menor dimensão, recomendou prudência por parte das autoridades,

assegurando sempre o equilíbrio entre a capacidade da frota e a sustentabilidade económica do setor. Referiu que o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), responsável pela avaliação científica, tinha confirmado recentemente que um número mais elevado de frotas, se encontravam equilibradas. Com base nessa avaliação, seriam enviadas comunicações que refletiriam uma situação mais favorável do que anteriormente, abrindo novas possibilidades de financiamento da renovação das frotas por parte dos Estados-Membros. A concretização dessas oportunidades dependeria, no entanto, das opções políticas e dos regimes a implementar a nível nacional. Como resultado de vários anos de trabalho, passaria assim a existir uma margem mais alargada para a renovação das frotas nas regiões ultraperiféricas. No entanto, recomendou claramente que deveriam evitar investimentos que pudessem comprometer a viabilidade futura do setor, privilegiando sempre soluções sustentáveis. No que respeitava ao novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, previa-se uma reconfiguração significativa da arquitetura dos fundos, com a introdução de três grandes instrumentos financeiros e o fim dos programas autónomos. Não haveria programas específicos autónomos fora dos planos de parceria nacionais e regionais, tudo deveria ser integrado num único plano., o que implicaria uma abordagem mais integrada, ainda que potencialmente mais flexível, de acordo com as prioridades dos Estados-Membros. Relativamente às RUP, informou que o princípio da compensação seria preservado, sendo amplamente reconhecida a sua importância para garantir condições de concorrência equitativas, no entanto, alertou para a necessidade de se encontrar um equilíbrio adequado entre as verbas destinadas à compensação e aquelas orientadas para medidas estruturais e estratégicas. Por fim, sublinhou que o esforço principal deveria centrar-se na conceção de programas abrangentes, capazes de integrar todas as dimensões relevantes para as regiões ultraperiféricas. Esse trabalho envolveria não apenas os serviços ligados às pescas, bem como outras áreas de competência da Comissão Europeia, como a política regional, assegurando uma abordagem coordenada e eficaz, ainda que sem recurso à criação de programas autónomos específicos.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) comentou que apesar de já se ter falado extensamente sobre o próximo quadro financeiro plurianual, tinha várias dúvidas, que já tinham sido parcialmente abordadas pela Sra. Charlina Vitcheva. A importância daquele quadro para as regiões ultraperiféricas era, de facto, enorme, atendendo aos desafios que enfrentavam, desde as áreas marinhas protegidas e as alterações climáticas, até inúmeras situações que se iriam colocar nos anos seguintes, no entanto, a informação disponível indicava que os valores previstos neste novo quadro não eram, de acordo com a análise que tinham efetuado, satisfatórios para o setor das pescas. Afirmou que já tinha sido explicado o mecanismo e o seu impacte, mas que queria sublinhar que, muitas vezes, as decisões

eram tomadas pelos Estados-Membros sem que se ouvisse a realidade concreta das regiões ultraperiféricas. Propunha que se em garantisse que, antes da tomada de decisão, se ouvisse não apenas o Estado-Membro, que representa as regiões ultraperiféricas, mas também as próprias regiões. Os políticos que trabalhavam estavam sediados em Lisboa ou em Bruxelas não conheciam plenamente a realidade do terreno das RUPs e essa atenção seria fundamental para assegurar que as medidas de apoio ao setor contribuíssem para uma maior resiliência, sustentabilidade e inovação na economia azul. Além disso, salientou a necessidade da criação de um POSEI específico para as pescas, considerando que as compensações por custos adicionais estavam a criar sérias dificuldades. Em relação às áreas marinhas protegidas, os Açores tinham sido a primeira região da União Europeia a implementar um plano de áreas marinhas protegidas (RAMPA – Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2026. Esse plano estava a criar problemas significativos para o desenvolvimento da pesca nos Açores, devido à criação das áreas marinhas protegidas. Questionou, portanto, que mecanismos a Comissão Europeia poderia disponibilizar para poder ajudar o setor na implementação das áreas marinhas protegidas, incluindo a possibilidade de compensações por fundos ambientais num período de três anos. Em relação aos diários de pesca eletrónicos, atualmente, tinham uma tolerância de erro no preenchimento de 10%, o que estava a gerar graves problemas para a frota açoriana, predominantemente artesanal e de pequena dimensão, que não tinha condições para utilizar adequadamente os equipamentos necessários para a identificação do pescado. Apesar de existir uma tolerância de 20% para espécies com menos de 100 kg, solicitaram que aquela medida fosse estendida a todas as espécies abaixo desse peso, de modo a tornar o processo mais transparente e reduzir erros que afetassem a atribuição de pontos aos comandantes e nas compensações relativas à modernização ou aquisição de equipamentos.

A Sra. Charlina Vitcheva afirmou que em relação ao Quadro Financeiro Plurianual, Portugal demonstrava uma sensibilidade muito elevada em relação às regiões ultraperiféricas, refletida na atenção constante dada pelo Governo e pelos ministros à situação dos pescadores nos Açores e na Madeira. Destacou que tinha vindo a trabalhar com muitos ministros, alguns dos Açores, o que permitia uma compreensão mais próxima da realidade local e das necessidades do setor. Salientou que não se tratava apenas do Estado-Membro, mas também da importância dos Conselhos Consultivos, que permitiam recolher opiniões, recomendações e informações sobre a realidade concreta das regiões ultraperiféricas. Relativamente às áreas marinhas protegidas, reconheceu o valor do seu estabelecimento para a preservação do meio marinho, considerando que a sustentabilidade ambiental era indissociável do futuro dos pescadores. Destacou ainda que a criação de Áreas Marinhas protegidas poderia inicialmente reduzir oportunidades de pesca, mas

que, a médio e longo prazo, contribuiria para a regeneração dos ecossistemas marinhos, beneficiando o setor. Durante esse período de transição, seria possível recorrer ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos, a Pesca e a Aquicultura (FEAMPA) para apoiar os pescadores, através da diversificação das atividades e da adaptação às novas condições de exploração, mantendo o equilíbrio entre sustentabilidade ambiental e viabilidade económica do setor. No que dizia respeito ao novo regulamento de controlo, salientou que a sua revisão permitiu simplificar os processos, aproximando-os das práticas modernas e aumentando a fiabilidade da recolha de dados. A utilização de diários eletrónicos foi identificada como uma importante medida de simplificação. Foram apresentadas soluções técnicas, incluindo a aplicação de margens de tolerância diferenciadas em portos específicos, de forma a manter a precisão do controlo e garantir flexibilidade para as frotas locais. Citou o exemplo da Dinamarca, onde cinco portos receberam autorização para utilizar uma margem de tolerância maior, assegurando a correta recolha de dados da atividade pesqueira sem comprometer a fiabilidade do sistema. Concluiu que seria necessário continuar a encontrar soluções técnicas adaptadas a cada região, garantindo a precisão do controlo, apoiando a transição para práticas de pesca mais sustentáveis e utilizando de forma eficiente os fundos disponíveis, como o FEAMPA, para diversificar e apoiar o rendimento dos pescadores durante o período de implementação das Áreas Marinhas Protegidas.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) começou por referir que o território da Martinica apresentava grandes desafios e que compreendia que a responsabilidade não era da Comissão Europeia, mas do governo francês. Salientou também a importância da autonomia alimentar e que no território da Martinica, cerca de 200 jovens já estavam integrados nas pescas locais e demonstravam interesse em abraçar a profissão. Afirmou que ele próprio desempenhava funções em três entidades, e que era evidente a necessidade de coordenar esforços para atingir objetivos comuns. No que respeitava à biodiversidade, sublinhou o trabalho desenvolvido até então no *Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique* para a proteção das espécies, contudo, sem apoios financeiros, não era possível implementar projetos de reposição de ecossistemas ou estruturar a formação profissional, pelo que, queria saber se a União Europeia poderia apoiar a concretização daqueles projetos. Salientou ainda que determinadas decisões recentes tiveram impactes muito negativos na população da Martinica, em particular devido à presença de clordecona, sargaços (*Sargassum spp*) e da presença dos de Sistemas de Monitorização de Embarcações (VMS), que não permitiam que as embarcações de pesca artesanal local utilizassem certos equipamentos e as infraestruturas eram insuficientes. Apesar do financiamento europeu, a falta de boas máquinas de gelo e portos adequados, levavam a uma situação preocupante para os profissionais do setor. A

título de exemplo, afirmou que 30% das zonas costeiras estavam impactadas pelo clorodecona e 60% pelos sargaços, afetando diretamente a atividade pesqueira e exigindo medidas de acompanhamento, nomeadamente quanto à adaptação dos motores das embarcações, que sofriam danos devido aos sargaços e ao hidrogénio sulfurado. Reiterou ainda que, apesar de todo o apoio local e regional e das intervenções junto das entidades regionais, as questões da pesca e da biodiversidade permaneciam pouco consideradas, sendo ele próprio um dos únicos a defender estas matérias. Expressou ainda a frustração sentida pela falta de acompanhamento e representatividade, bem como a necessidade de apoio aos jovens para evitar que se vejam forçados a atividades ilícitas devido à ausência de oportunidades no setor. Por fim, mencionou a vulnerabilidade do território face a fatores externos, como impactes ambientais e políticas de outros países, e a necessidade urgente de ações coordenadas para proteger a atividade pesqueira e apoiar os profissionais locais.

O Sr. Nicolas Blanc (Sciaena) expressou que, embora existisse entusiasmo pela avaliação da Política Comum de Pescas (PCP), também surgiam preocupações por parte das ONGs. Informou que alguns Estados-Membros manifestaram interesse em reabrir ou rever a PCP ou alguns dos seus elementos, mas salientou que aqueles esforços deveriam ser direcionados de forma diferente, a legislação era relativamente recente e a sua implementação tinha sido desigual entre os Estados-Membros. Sublinhou ainda que, para apoiar os pequenos pescadores e as comunidades costeiras, era essencial que a PCP fosse corretamente implementada, destacando medidas concretas priorizando o acesso de pequenos pescadores a áreas costeiras. Reforçou que a prioridade deveria ser eliminar aquelas lacunas de implementação, garantindo que os progressos beneficiassem efetivamente os pescadores que tinham vindo a ser deixados para trás, em particular os da pesca de pequena escala e de baixo impacte, que consideravam estar a enfrentar uma situação de clara desvantagem. Sugeriu também que, no contexto do Quadro Financeiro Plurianual, os fundos atualmente direcionados a atividades destrutivas deveriam ser reorientados para objetivos de biodiversidade e projetos de pesca de pequena escala.

A Sra. Charlina Vitcheva afirmou que sabia que havia muito para discutir acerca dos assuntos mencionados, mas haveria outras oportunidades para discutir aquelas questões. Relativamente à Martinica, começou por dizer que era importante valorizar o que já existia. O facto de o Sr. Jean-Michel Cotrebil estar presente já era, por si só, significativo, pois revelava interesse e preocupação, ainda assim, reconheceu que a situação era complexa e que a Comissão Europeia não poderia intervir em matérias que eram da responsabilidade das administrações nacionais e regionais da Martinica. Lamentou a falta de sensibilidade em relação aos pescadores, enquanto setor fundamental capaz de contribuir para a segurança e autonomia alimentar na

Martinica. No entanto, salientou que não seria justo atribuir apenas aos pescadores a responsabilidade pelos problemas que dificultam o desenvolvimento da atividade, como a poluição herdada do passado ou a questão do sargaço, entre outros. Apesar disso, considerava que existiam caminhos possíveis para enfrentar esses desafios. Destacou ainda que não bastava a vontade política, era igualmente necessário capacitar as pessoas e desenvolver projetos concretos e estruturados. Esses projetos poderiam ser apoiados pelo FEAMPA e que era precisamente esse apoio estrutural a que se referia. Através do FEAMPA podia-se encontrar financiamento para vários projetos, fossem eles na área da formação ou das infraestruturas portuárias e sublinhou ainda que os recursos existiam e que caso houvesse dificuldades na elaboração de projetos, seria importante procurar apoio técnico para garantir candidaturas capazes de atrair investimento significativo. Declarou que estava convicta de que os representantes de França e de outras regiões poderiam unir esforços, partilhar boas práticas e beneficiar daquele tipo de fóruns de cooperação. Reconheceu que as realidades eram diferentes entre a Martinica, Guadalupe, Ilha da Reunião, Canárias, Açores e Madeira, mas que essas diferenças eram tidas em conta e que ficava satisfeita ao ver que os contributos refletiam essa diversidade, nomeadamente no trabalho desenvolvido pelo CCRUP. Por isso, sublinhou que não havia razão para desânimo, embora fosse perceptível alguma frustração, existia apoio e este por parte deste Conselho Consultivo, que ajudava precisamente a reforçar a ideia de que ninguém estava isolado. Era possível aprender com projetos bem-sucedidos noutras regiões e adaptá-los à realidade da Martinica. Por fim, destacou um ponto particularmente importante: a segurança marítima. Concordava plenamente que, sem condições de segurança, seria difícil desenvolver a atividade pesqueira e nesse sentido, referiu que estavam a ser feitos esforços para trabalhar com a Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA) e que tinham contatos estabelecidos com países vizinhos. Ainda assim, ressaltou que a garantia da segurança marítima cabia, em última instância, ao governo nacional e, naquele caso, à França. Em relação ao que foi dito pelo Sr. Nicolas Blanc, mencionou que conhecia a posição das Organizações não Governamentais e que nutria simpatia por elas. Concordava plenamente que a implementação era desigual e que, se se alcançasse uma aplicação completa, os resultados da Política Comum de Pescas seriam significativamente melhores. Recordou também o contexto anterior a 2013, convidando os presentes a refletir sobre um episódio em que um grupo de pescadores forçaram a entrada num edifício institucional, num momento em que já não havia peixe suficiente nem recursos para distribuir. Foi esse o ponto de partida que levou os Estados-Membros a acordarem numa maior disciplina. A Política Comum de Pescas trouxe disciplina e, além disso, introduziu mecanismos como a regionalização, que permitiram dar voz às diferentes partes interessadas. Tratava-se, portanto, de uma boa política, ainda assim, não havia problema em avaliá-la e refletir

sobre possíveis melhorias, procurando formas mais eficazes de atingir os objetivos definidos. Sublinhou, no entanto, que era importante evitar cair numa lógica populista de simplificação. Existia um contexto político em que alguns líderes poderiam ser tentados a propor soluções simplistas, mas isso poderia conduzir a um retrocesso, algo que claramente não se pretendia e tornaria ainda mais difícil recuperar o caminho já percorrido, e era essencial lembrar o esforço e o sacrifício que o setor teve de suportar para alcançar os níveis atuais de sustentabilidade. Afirmou que sem recursos haliêuticos, não haveria setor, quando não havia peixe, não havia pescadores, como se verificava em alguns exemplos concretos, por isso, era fundamental manter essa realidade presente e agir com inteligência. O setor, tinha de estar consciente de que o seu futuro dependia disso. A sustentabilidade socioeconómica era muitas vezes mencionada, mas essa não existia sem sustentabilidade ambiental. O conceito de Rendimento Máximo Sustentável (MSY) ilustrava bem aquela ideia, tratava-se de retirar do mar a maior quantidade possível de recursos sem comprometer a regeneração desses mesmos recursos, sendo, por isso, também um conceito com dimensão socioeconómica. Concluiu afirmando que era essencial evitar discursos populistas e apostar numa abordagem informada e responsável. Com os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos e o setor a trabalharem em conjunto, seria possível construir o futuro que todos pretendiam para a pesca.

## **2. Aprovação da agenda**

A agenda da Reunião do Comité Executivo parte 1, foi aprovada por unanimidade.

## **3. Apresentação da Revisão de Desempenho relativa ao período de 2020-2025 do CCRUP - Benoît Guerin (BG SEA Consulting);**

O Sr. Benoît Guerin (*BG Sea Consulting*) agradeceu o tempo que lhe foi concedido para apresentar a Revisão de Desempenho, que tinha consciência de que o relatório tinha chegado tarde e reconheceu que isso também tinha sido, em parte, da sua responsabilidade. Afirmou que tinham sido elaboradas várias versões, incluindo uma análise de pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, que foi transmitida em novembro, mas que, infelizmente, não foi recebido qualquer retorno por parte dos membros. Reconheceu, portanto, uma falta de participação, naquele trabalho, mas esperava que os resultados que ia apresentar fossem do interesse e úteis para todos. Recordou que aquele exercício tinha sido realizado em cumprimento do [Regulamento \(UE\) n.º 1380/2013](#), que estabelece o funcionamento dos conselhos Consultivos na Europa. Cada Conselho deveria, assim, realizar uma revisão do seu funcionamento ou uma avaliação do seu desempenho de cinco em cinco anos. Afirmou que a apresentação que tinha feito visava apenas expor os diferentes

pontos do relatório, e informou que não queria sobrecarregar com detalhes metodológicos, mas que o trabalho se tinha baseado em diversas fontes. Informou que realizou entrevistas com vários membros, de meia hora a uma hora e meia cada, e que alguns funcionários da Comissão Europeia se dedicaram intensamente àquele exercício. Informou que entrevistou representantes de diferentes Estados-Membros e agradeceu a disponibilidade de todos, incluindo o Gabinete do Secretário de Estado das Pescas e do Mar de Portugal. Informou ainda que tinha entrado em contacto com cientistas do Centro Internacional para a Exploração do Mar (ICES), o Sr. Rui Catarino, com o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), e com outros Conselhos Consultivos com os quais o CCRUP colaborou. Informou que se realizou também uma sondagem online, embora com pouca participação. Em setembro, em Las Palmas, leu todas as recomendações emitidas desde o início do CCRUP, assim como as respostas recebidas da Comissão Europeia, e teve oportunidade de apresentar o trabalho duas vezes ao Comité Executivo. Salientou que um ponto bastante evidente, mas que convinha reforçar, era o distanciamento das RUP em relação à Europa Continental e as suas especificidades. Informou que a insularidade daqueles territórios justificava plenamente a criação e a existência do CCRUP, conforme demonstraram claramente os resultados da sondagem, no entanto, surgiram questões sobre representatividade e participação. Dos 70 membros ativos, apenas cerca de metade participou regularmente nas reuniões. Observou ainda que era um desequilíbrio comum em quase todos os Conselhos Consultivos, a fraca participação de certos grupos de interesse e menor participação das regiões ultraperiféricas francesas. Apesar daquelas limitações, registaram-se avanços importantes: a continuidade das reuniões, a mobilização de grande parte dos membros ao longo dos anos e a realização das Assembleias Gerais em diferentes territórios de forma rotativa. Embora tenha dado maior atenção às melhorias possíveis, o relatório também destacava os êxitos do CCRUP. Informou que o número de reuniões anuais era relativamente limitado, comparado com outros CCs, e o espaço para debate nas reuniões dos grupos de trabalho era insuficiente. Identificou ainda uma ausência de representação da pesca recreativa em várias regiões ultraperiféricas, onde a pressão sobre aquela atividade era elevada, mas pouco conhecida, e os avanços previstos pelo Regulamento de Controlo não tinham sido plenamente implementados. Outra questão que levantou dizia respeito às contribuições recebidas para a elaboração das recomendações que eram preparadas e validadas de forma eletrónica. Apesar da dificuldade de debater em três línguas, o formato eletrónico facilitava a elaboração de recomendações, mas dava demasiado peso a opiniões individuais, contrariando parcialmente o objetivo da Política Comum das Pescas de alcançar consensos. Referiu que os papéis e responsabilidades encontravam-se insuficientemente definidos entre os membros, o Comité Executivo, o Comité de Coordenação e a Secretária-Geral. Não se tratava, contudo, de

uma crítica direta, pois já se tinha discutido este ponto com a Secretária-geral, era antes uma consequência do processo de implementação do CCRUP e do papel preponderante que a Secretária-Geral teve no seu funcionamento. Contudo, talvez fosse necessário repensar hoje a repartição daqueles papéis, uma vez que a Secretária-Geral assumia simultaneamente funções de coordenação, liderança e orientação em ocasiões específicas. Relativamente às contribuições para as recomendações, existiam limites evidentes, embora pudessem ser criticadas, muitas vezes constituíam mais testemunhos do que contributos baseados em evidência concreta. Em termos de cooperação, registou uma colaboração estreita com outros conselhos consultivos e, particularmente, com a Comissão Europeia. Informou que desempenhou trabalhos semelhantes para outros conselhos consultivos e deu como exemplo o PELAC, que diferia significativamente do CCRUP. Informou que a colaboração com o ICES decorria de forma regular, graças à participação do Sr. Rui Catarino, presente naquela sala. Já com o STECF, a cooperação tinha sido mais limitada, embora o papel daquela agência fosse preponderante, uma vez que era o STECF e não o ICES que aconselhava diretamente a Comissão Europeia. Ao longo dos cinco anos, foram emitidas 75 recomendações, organizadas por categorias e analisadas em gráficos comparativos. Essas recomendações abordaram diversas políticas da União Europeia, como o renovamento da frota, políticas estruturais, o ajuste das quotas de atum albacora (*Thunnus albacares*) na ICCAT, e outros domínios. A dimensão económica, a proteção ambiental, a conservação dos recursos e a dimensão social estiveram sempre muito presentes, além disso, embora não tenha sido incluído na apresentação, as recomendações do CCRUP estavam estreitamente alinhadas com os objetivos da PCP, constituindo, desse ponto de vista, um resultado positivo. Na sua opinião pessoal, a maioria das opiniões apresentadas nas recomendações revelou-se pouco robusta, ou seja, insuficientemente documentada. Afirmou que uma questão levantada com frequência no inquérito dizia respeito aos fatores que impediam o CCRUP de trabalhar de forma mais eficaz, sendo identificada, em particular, a diferença entre as bacias marítimas. Assim, era evidente a necessidade de intervir nesse aspeto em termos de estrutura e que encorajar o diálogo constituía, afinal, um dos papéis centrais de um conselho consultivo, incluindo a reserva de mais tempo para debate e a facilitação de discussões, mesmo que difíceis. No que respeitava ao reforço da cooperação, já existia um bom ponto de partida com o ICES e que surgiam, também, oportunidades para encontrar parceiros científicos regionais em outras bacias marítimas. Em resumo, informou que existiam três assuntos principais a abordar: a responsabilização dos membros, a organização dos debates e a clarificação dos papéis de desempenho de cada um. Afirmou que um último ponto importante dizia respeito à criação de expectativas entre os membros, ou seja, o CCRUP também deveria, em certa medida, gerar expectativas realistas, uma vez que muitos poderiam pensar que o CCRUP iria resolver todos

os problemas do setor. No entanto, era importante lembrar que as recomendações, mesmo quando solicitavam a intervenção da Comissão Europeia e esta respondia, não podiam resolver tudo. A Comissão Europeia não podia apenas propor legislação, solicitar a colaboração científica do ICES ou do STECF, ou eventualmente promover certos financiamentos. Existia toda uma linha de responsabilidade que envolvia os Estados-membros, as regiões e as respetivas associações locais. Afirmou que quando estava a ouvir o Sr. Jean-Michel Cotrebil, compreendia perfeitamente as dificuldades no terreno, uma vez que existiam muitas outras estruturas que também deviam ser tidas em conta e por isso era necessário ser realista sobre o que um conselho consultivo conseguia efetivamente alcançar.

### **Perguntas e respostas:**

A Sra. Mercedes García (*Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza*) agradeceu à secretária-geral do CCRUP pela organização das reuniões bem como ao Sr. Benoît Guerrin pelo relatório efetuado. Considerou que ele conseguiu extrair os pontos mais importantes relativamente à gestão e aos procedimentos do CCRUP, identificando, ao mesmo tempo, uma ampla margem de melhoria. Do seu ponto de vista, a participação de todos os membros tinha deixado bastante a desejar e que gostaria que os procedimentos fossem transparentes, o que, na altura, ainda não acontecia. Afirmou que solicitou em diversas ocasiões que os procedimentos fossem alterados de modo a permitir saber quem efetivamente votava e, pelo menos, ter conhecimento do número real de votos em cada votação. Afirmou que muitas aprovações ocorriam em situações de abstenção, o que poderia indicar que determinados temas eram aprovados sem uma participação efetiva generalizada, ficando a sua apreciação sobretudo dependente dos membros diretamente interessados na matéria em questão. Também salientou o importante trabalho de liderança que a secretária vinha a desenvolver, contudo, com a chegada de um novo presidente, esperava algumas alterações, ainda assim, os procedimentos de trabalho mantiveram-se praticamente inalterados. Acrescentou que, na sua opinião, o principal problema era mesmo a falta de interesse por parte dos membros, que não participavam ativamente. Referiu ainda estar convicta de que o facto de os membros não terem um acompanhamento ativo resultou em decisões finais difíceis, ou mesmo impossíveis de alterar. Acrescentou que notava que, por vezes, se introduziam debates sobre temas que não eram da esfera da União Europeia, ou seja, assuntos que não podiam alterar diretamente. Nesses casos, cabia aos Estados-Membros resolver a questão, contudo, dentro do possível, tentavam apoiar, ajudar e encaminhar para a Comissão Europeia, o que, segundo o relatório do Sr. Benoît Guerin, foi corretamente identificado como forma de pressionar os Estados-Membros a melhorar a situação. Afirmou ainda que algumas pessoas, pela sua posição ou cargo, detinham

informação relevante que deveria ser acessível a todos os membros do CCRUP, mas que essa informação não circulava e adiantou que a falta de fluxo de informação prejudicava o conhecimento geral e a colaboração eficaz, limitando a capacidade de resolver os problemas de forma conjunta.

O Sr. David Pavón agradeceu ao Sr. Benoît Guerin pelo trabalho desenvolvido, bem como a todos os membros e ao secretariado, destacou o contributo coletivo para a revisão de desempenho do CCRUP, considerando que foi uma experiência relevante e enriquecedora para todos. Afirmou que o CCRUP se tratava, de facto, do único espaço onde podiam mostrar as diferenças enquanto regiões ultraperiféricas e expressar a realidade enquanto tal e afirmou que acreditava que as RUP serviam muitas vezes para transmitir a realidade prática de cada região, que nem sempre era fácil de formalizar num documento tangível, mas que, refletia uma experiência real. Referiu que naturalmente, haviam muitas coisas que precisavam de melhorar mas que concordava praticamente com todo o relatório que tinha lido e considerou que tudo tinha sido analisado com cuidado. Concordou igualmente com muitos dos pontos levantados pela Sra. Mercedes García, mas que pensava que muitas das imperfeições ou aspetos passíveis de melhoria derivavam, precisamente, da diferença de perspetiva entre quem observa de cima e quem está mais próximo da realidade prática. Por exemplo, relativamente ao secretariado, uma das críticas era a assunção de funções de liderança pela secretária-geral que não lhe competiam totalmente, mais associadas à presidência. Uma vez que ele próprio já tinha sido presidente do CCRUP, concordou que isso era uma realidade, mas que no seu entendimento, surgia em parte devido às características próprias do CCRUP. Aquela situação não afetava apenas o secretariado, todos os responsáveis e representantes do setor, ao tentarem desenvolver a estrutura de funcionamento e o fluxo de comunicação, acabavam muitas vezes por estar sozinhos. Quem presidia associações locais, ou seja, as pessoas mais próximas do terreno, precisavam de se apoiar nos dirigentes, mas nem sempre havia retorno. Deu o exemplo de quando se lidera uma federação, envia-se informação a todos os membros, mas que muitas vezes não se recebia qualquer retorno, os documentos enviados eram praticamente ignorados, e só dias depois alguém perguntava sobre o que tinha sido enviado ou discutido. Quanto à participação limitada, lembrou que, no início do CCRUP, fizeram questão de visitar as regiões e tentar captar associações e organizações de interesse, o que foi um esforço significativo. Por experiência própria, constatou que uma das razões pelas quais algumas associações não participavam era simplesmente a falta de capacidade ou de recursos humanos, essas pessoas já tinham muitas responsabilidades, e adicionar os assuntos do CCRUP nem sempre era viável .

O Sr. Ludovic Courtois afirmou que em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Benoît Guerin pela qualidade do relatório que forneceu e informar que teve a oportunidade de o

ler do início ao fim e considerava que ele tinha identificado corretamente as diferentes dificuldades que podiam ser encontradas. Aproveitou a oportunidade para valorizar também o trabalho do secretariado, que, de facto, desempenhou um papel mais importante do que seria suposto no âmbito do CCRUP. No entanto, para além disso, e concordando com a opinião anteriormente expressa pela Sra. Mercedes García, entendeu que era necessário haver mais discussões dentro do CCRUP. Não bastava apenas reunirem uma vez a cada seis meses para, finalmente, chegar a decisões significativa. Afirmou que tal como referido pelo Sr. Benoît Guerin mostrou interesse em criar comités de coordenação, grupos de discussão ou reuniões mensais, que permitissem manter as pessoas mais ligadas à atividade do CCRUP. Afirmou que também tinha constatado que as recomendações do CCRUP eram, muitas vezes, demasiado complacentes em relação à Comissão Europeia. Entendia que havia nas recomendações demasiada suavidade, muitos agradecimentos à Comissão Europeia e acabavam por desvalorizar os assuntos concretos que realmente queriam transmitir. Afirmou que nas recomendações, limitavam-se ao denominador comum mínimo que os unia, o que enfraquecia a mensagem que iriam transmitir, por exemplo, nas últimas recomendações relacionadas com a simplificação regulamentar para as Regiões Ultraperiféricas ou o impacto do próximo quadro financeiro plurianual no setor das pescas, não conseguiram transmitir de forma clara e direta as expectativas das regiões ultraperiféricas. Reiterou que as suas próprias recomendações e orientações não eram plenamente compreendidas, o que levou a uma participação mais distante, tal como se verificava atualmente. Para terminar, considerou que o CCRUP precisava de trabalhar com mais documentação, sabia que isso representava muito trabalho para o secretariado, mas uma reunião como a daquele dia não podia resumir-se apenas ao envio, alguns dias antes, do relatório do Sr. Benoît Guerin e do plano de ação. Era necessário preparar melhor as reuniões, permitindo que todos os participantes refletissem previamente sobre cada ponto e pudessem expressar as suas posições. Afirmou que gostaria de relembrar um ponto que já havia mencionado há um ano, em Madrid: reuniam-se muito pouco. As reuniões eram geralmente dominadas pelas apresentações individuais, quer da Comissão Europeia, quer de associações e que no CCRUP, havia a necessidade de falar mais entre os membros apesar das dificuldades linguísticas, e de organizar melhor as orientações que deveriam transmitir de forma unânime à Comissão Europeia. Afirmou que era essa a mensagem que queria transmitir, sem de modo algum desmerecer o excelente trabalho do secretariado, sob a liderança da secretária-geral e que passados seis anos, considerava que estava na altura de avançar com aquelas evoluções.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil informou que gostaria de fazer algumas pequenas considerações, apenas para agradecer ao Sr. Benoît Guerin e quis deixar claro que ele era um pescador ativo, isso significava que, por vezes, se atrasava ou esquecia de ler certas coisas. Quando

a Secretária-geral enviava os elementos, nem sempre tinha oportunidade de os ver de imediato. Afirmou ainda que o funcionamento do CCRUP estava bem organizado, que recebia os documentos, mas, se havia algum atraso no pagamento das quotas, o acesso era imediatamente bloqueado, e até mesmo as atas das reuniões não eram enviadas. Uma vez regularizada a situação, recebeu um grande volume de emails e como tal, não se poderia esperar que ele lesse todos aqueles emails. Informou que muitas recomendações passaram e que ele não tinha conseguido responder a tempo, não se tratava de desrespeito à estrutura, mas de uma questão de organização e compreensão mútua. Fez questão de reiterar que era apenas necessário que as linhas de comunicação existissem, de modo a poderem mostrar a sua posição ao Estado-membro. Referiu que compareceu não com o propósito de resolver questões com os seu Estados-Membros, dado que não exercia funções parlamentares, mas sim para salientar a importância de um canal forte e direto e que não tinha qualquer problema em deixar o CCRUP, se assim fosse necessário. Afirmou que conheceu pessoas maravilhosas no CCRUP, mas que o seu sofrimento e as dificuldades eram reais, o seu objetivo sempre foi demonstrar ao povo da Martinica que tinha um representante digno e que aos 53 anos, sentia-se honrado por ter conseguido chegar onde chegou. Em dois anos, iria deixar o cargo, mas sem deixar ninguém preparado para continuar. O CCRUP era importante para si, e queria que fosse um canal forte, onde todos expressassem as suas opiniões e diferenciavam o que estava correto ou errado. Recordou a sua deslocação à Gran Canária para participar nas reuniões do CCRUP, onde teve a oportunidade de observar, com grande apreço, o desenvolvimento da aquicultura e de outras infraestruturas, considerando-o notável, contudo, ao regressar à Martinica, constatou as dificuldades enfrentadas pela aquicultura local, bem como a sua complexidade e o significativo esforço humano exigido. Terminou afirmando que iria deixar o CCRUP, mas continuaria a defender a pesca na Martinica. Aproveitou para agradecer a todos e que tinha sido muito bem recebido em cada território que foi, mas não conseguia oferecer o mesmo acolhimento na sua região.

O Sr. João Delgado afirmou que queria em primeiro lugar agradecer o excelente trabalho desenvolvido pelo Sr. Benoît Guerin. Em seguida, agradeceu ao secretariado do CCRUP, reconhecendo-o como uma força fundamental no desenvolvimento dos trabalhos e na coordenação de tudo o que era necessário para que o CCRUP funcionasse e alcançasse os resultados obtidos. Salientou ainda que, como qualquer organização feita por pessoas, seria sempre imperfeita, havendo sempre margem para melhorar o trabalho coletivo. Agradeceu também a todos os membros que compunham o CCRUP, destacando o seu papel essencial para garantir uma visão global das regiões ali representadas no CCRUP. Referiu que alguns membros tinham a possibilidade de se deslocar às diversas regiões, como já havia sido mencionado, enquanto outros

não dispunham das mesmas condições. Defendeu, assim, que era a partir dessa heterogeneidade que deveriam ser criados os equilíbrios necessários para sustentar uma organização que fora difícil de construir e implementar, mas que, naquele momento, se revelava um canal fundamental para demonstrar à Comissão Europeia o funcionamento das regiões no âmbito do setor da pesca profissional e dos seus subsectores. Considerou essa como uma grande conquista e que deveria ser preservada e reforçada, procurando também envolver aqueles que se encontravam descontentes, trazendo mais participantes para além dos que já integravam o CCRUP. Considerou esse reforço essencial e afirmou que o descontentamento existente era legítimo, devendo ser analisado no contexto mais amplo de degradação das democracias, do aumento da intolerância e da crescente incapacidade de escuta mútua. Retomando uma ideia anteriormente referida pela Sra. Charlina Vitcheva, salientou a importância de aprofundar a capacidade de cooperação. Colocou então a questão de forma inversa: perante as dificuldades sentidas, seria melhor ou pior dispor de um organismo com aquelas características (CCRUP)? Identificou duas dimensões centrais: por um lado, a gestão das expectativas dos membros relativamente ao papel do CCRUP e por outro, a capacidade da organização para influenciar as políticas públicas aplicadas ao setor. Defendeu que essas duas dimensões não deveriam ser confundidas e sublinhou que o CCRUP tinha a responsabilidade de emitir recomendações para apoiar a Comissão Europeia na definição de políticas públicas para o setor, políticas essas que enfrentavam realidades diversas e heterogêneas no terreno. Assim, considerou essencial manter essa reflexão coletiva, bem como a capacidade de identificar responsabilidades pelo estado de várias regiões, sublinhando que o CCRUP não era responsável pela inversão de determinadas realidades, como se verificava no contexto nacional português. Referiu que, nos últimos 40 anos, Portugal perdeu cerca de 27 mil pescadores e aproximadamente 135 mil postos de trabalho diretos e indiretos nas atividades conexas. Acrescentou que cerca de 60% das unidades de produção tinham desaparecido e que o défice da balança comercial de produtos da pesca se mantinha cronicamente acima dos 1.200 milhões de euros. Questionou até que ponto se deveria manter uma política excessivamente precaucionária, por vezes levada ao exagero, defendendo que era necessário cuidar dos oceanos, das regiões e também das pessoas que nelas viviam e dependiam diretamente da pesca. Observou que, frequentemente, a dimensão humana era negligenciada, contribuindo para o descontentamento evidenciado e assinalou que, sem o contributo de trabalhadores estrangeiros e imigrantes, grande parte da frota nacional estaria inativa. Questionou, então, como seria possível reduzir o défice da balança comercial naquele cenário. Colocou hipóteses como a alteração da dieta alimentar, com possíveis impactes na saúde pública ou a expansão intensiva da aquacultura, também com consequências ambientais. Considerou que a ausência de respostas no curto prazo contribuía para

o crescimento de populismos, resultantes da falta de resolução dos problemas concretos das pessoas. Concluiu que, sem mudanças naquele cenário, e sem o contributo de organismos como o CCRUP que formulavam recomendações de forma séria e competente, abdicar dessa via significaria fragilizar a democracia e a cooperação.

O Sr. David Pavón referiu que gostaria de adicionar um ponto que lhe havia escapado anteriormente, mas que fora recordado pelo Sr. Jean-Michel Cotrebil. Explicou que, quando chegaram ao CCRUP, muitos tinham a impressão de que seria o CCRUP a tomar as decisões. Contudo, com o tempo, compreenderam que o seu papel consistia essencialmente em reunir e transmitir a sua realidade tanto ao Estado-Membro como à Comissão Europeia, não sendo um órgão com poder de autogestão nem com capacidade decisória direta. Ainda assim, sublinhou a importância do papel do CCRUP, considerando-o uma ferramenta fundamental. Reconheceu que, muitas vezes, após essa transmissão, os resultados não correspondiam às expectativas, os problemas não eram resolvidos, ou surgia a sensação de que as preocupações não tinham impacto prático. Ainda assim, considerou que esse processo permitia estar sempre mais próximo de alcançar resultados, salientando que, embora nem tudo fosse conseguido, muitas coisas já tinham sido alcançadas. Aproveitou ainda para refletir sobre a questão das bacias. Começou por salientar o valor do enriquecimento mútuo entre elas, sublinhando que o trabalho conjunto permitia uma visão mais abrangente e o aproveitamento da experiência de diferentes regiões. Destacou também a importância de reforçar a união em matérias transversais, comuns a todas as bacias, que não deviam ser tratadas de forma isolada. Acrescentou que as orientações recentes da Comissão Europeia incentivavam a elaboração de recomendações conjuntas entre conselhos consultivos, o que tornava pouco coerente a fragmentação interna do trabalho por bacias. Reconheceu a existência de questões específicas de determinadas regiões, que podiam exigir abordagens direcionadas junto dos respetivos Estados-Membros ou da Comissão Europeia. Ainda assim, considerou essencial que aquelas questões contassem com o apoio das restantes regiões ultraperiféricas. Concluiu que esta solidariedade, como no caso de uma necessidade concreta apresentada pelo Sr. Jean Michel Cotrebil, reforçava a cooperação entre regiões e contribuía para um funcionamento mais eficaz.

O Sr. Jorge Gonçalves referiu que iria apresentar um ponto de vista ligeiramente diferente do que tinha sido exposto até então, acrescentando que apreciara particularmente as palavras do Sr. João Delegado. Explicou que teve a clara sensação de que, aquando da deslocação a Mayotte, as pessoas que os receberam acreditavam que o CCRUP seria capaz de resolver os problemas do setor da pesca naquela região. Essa perceção resultava do esforço demonstrado e da forma como lhes transmitiam as suas preocupações, como se se tratasse de uma oportunidade única para

encontrar soluções. Esclareceu que o CCRUP e qualquer outro conselho consultivo, existia exclusivamente para conciliar posições e formular recomendações à Comissão Europeia, permitindo que esta tomasse decisões de forma informada e adequada às realidades das regiões ultraperiféricas. Reconheceu que existiam dificuldades no funcionamento, nomeadamente ao nível da elaboração de documentos em várias línguas, das questões jurídicas e da adaptação do discurso a diferentes contextos linguísticos, o que nem sempre facilitava a transmissão clara das mesmas ideias, apesar disso, frisou que essas dificuldades não deveriam servir de desculpa. Recordou, então, uma ideia que tinha partilhado numa entrevista com o Sr. Benoît Guerin, considerando-a fundamental: o objetivo principal era não deixar ninguém para trás. Explicou que esse princípio orientava o trabalho desenvolvido, quer nas recomendações, quer na visão traçada para o setor em cada região. Sublinhou, contudo, que, apesar do apoio prestado pelo CCRUP, cabia também aos próprios territórios responsabilizarem os respetivos Estados-membros. Nesse sentido, afirmou que regiões ultraperiféricas francesas deveriam dirigir a sua insatisfação ao Estado francês, considerando que este tinha falhado no apoio prestado e que era responsável pela situação atual. Defendeu que o papel do CCRUP deveria passar também por lembrar constantemente o Estado dessa responsabilidade e pela necessidade de agir. Sugeriu que a eventual decisão de afastamento do Sr. Jean Michel Cotrebil do CCRUP deveria ser bem ponderada, sobretudo tendo em conta que aqueles fóruns continuavam a ser espaços relevantes de atenção às regiões ultraperiféricas e de defesa dos seus interesses.

O Sr. Ruben Farias afirmou não ter qualquer dúvida, de que, pela forma democrática como o debate tinha decorrido, havia muito mais a uni-los do que a separá-los. Reconheceu que algumas decisões poderiam ser melhores ou piores, mas salientou que o papel do CCRUP não era decidir, e sim aconselhar. Tendo em conta as diferentes bacias hidrográficas, as diversas realidades e as várias línguas, considerou essencial melhorar continuamente o processo de comunicação e acrescentou que era muito difícil alcançar consenso face a realidades tão distintas. Talvez fosse necessário recorrer a decisões por maioria, de modo que a informação refletisse a opinião maioritária. Ainda assim, sublinhou que o trabalho devia basear-se em regulamentos, exigindo rigor e atenção ao detalhe. Defendeu que era esse rigor que garantia a transparência, sem querer com isso dizer que não houvesse aspetos a melhorar, pelo contrário, havia sempre margem para evolução, e todas as intervenções feitas tinham sido válidas, contudo, alertou que, sem exigência e rigor no cumprimento de regulamentos, prazos, horários e quotas, se corria o risco de perder a coerência nas exigências dirigidas à Comissão Europeia. Referiu que havia ainda um aspeto fundamental: a representatividade e a presença. Nesse ponto, reconhecia o mérito do Sr. Jean-Michel Cotrebil que podia estar online, mas que tinha escolhido estar presente e isso era essencial.

A Sra. Mercedes García defendeu que se devia falar e debater mais, mas que, se não houvesse tempo para ler as recomendações, não fazia sentido exigir maior participação no debate. Afirmou que não compreendia essa contradição e entendia que o processo teria de avançar por etapas. Admitiu que poderiam tentar reunir-se com maior frequência, mas, na falta de tempo, pelo menos deveriam assegurar a leitura e resposta aos documentos, geralmente não muito extensos, aprovando-os ou rejeitando-os de forma fundamentada. Recordou ainda a ideia referida pelo Sr. David Pavón, de que todos contribuía para um objetivo comum, no entanto, sublinhou que o facto de as coisas terem sido feitas de determinada maneira até então não significava que tivessem de continuar assim e como tal considerava necessário procurar novas formas de trabalho para melhorar. Afirmou que o que pretendia era uma maior transparência e acreditava que, conhecendo-se, por exemplo, o número de votos, todos se sentiriam mais envolvidos e participariam mais ativamente.

O Sr. Benoît Guerin afirmou que considerava que, naquele tipo de exercício, a decisão sobre o que fazer com as recomendações, se as adotariam na totalidade, parcialmente ou não, se tratava de uma questão de organização interna, cabendo a cada entidade avaliar e decidir. O Sr. Benoît Guerin solicitou a participação de todos num inquérito por si elaborado, acessível através da digitalização do código QR apresentado, salientando que os resultados seriam tanto mais relevantes quanto maior fosse o número de participantes. No âmbito desse inquérito, os 22 participantes começaram por indicar o seu local de nascimento. Seguidamente, foram convidados a posicionar-se, numa escala entre “concordo plenamente” e “discordo plenamente”, relativamente a várias afirmações. Quanto à necessidade de uma maior responsabilização dos membros nomeadamente na recolha de informação, na leitura de documentos e na redação de recomendações as respostas foram maioritariamente “concordo plenamente”. Relativamente ao aumento do tempo reservado ao debate para a elaboração de recomendações, verificou-se igualmente um consenso alargado, com quase todos os participantes a manifestarem concordância plena. O mesmo padrão de resposta foi observado na questão sobre a necessidade de discutir as recomendações durante as reuniões, tendo a grande maioria indicado “concordo plenamente”. As duas últimas questões incidiram sobre as bacias marítimas. À afirmação de que existia uma participação desequilibrada entre as diferentes bacias marítimas, a maioria dos participantes respondeu “concordo plenamente”. De igual modo, perante a proposta de estabelecer uma coordenação por bacia marítima ao nível do CCRUP, as respostas foram, na sua maioria, de plena concordância. Por fim, foi sugerido que cada participante apresentasse, por escrito, propostas e ideias destinadas a melhorar o funcionamento do CCRUP. As respostas seriam depois compiladas e transmitidas ao secretariado.

O Sr. Ruben Farias mencionou que considerava importante registar que nunca teriam tempo suficiente nem condições para tratar, resolver ou preparar tudo o que previam para o futuro, porque a avaliação de desempenho era um documento que exigia um debate cuidado, por isso, iam marcar, o mais rapidamente possível, uma reunião extraordinária do comité executivo, via remota e que essa reunião permitiria conversar e preparar o futuro com toda a atenção necessária, analisando e conferindo cada ponto de forma adequada. Afirmou também que pretendiam convidar o Sr. Benoît Guerin para participar em reuniões futuras, de forma a perceberem como melhorar a partir daquela análise, ajustando os procedimentos que já tinham e definindo os que pretendiam para o futuro.

**Pontos de ação:**

Marcação de reunião extraordinária de Comité Executivo via remota.

**4. Informações administrativas:**

A Secretária-geral afirmou que as informações administrativas estavam a ser fornecidas no final da reunião, tendo em conta a participação da Sra, Charlina Vitcheva no início da reunião, cuja presença foi considerada uma honra. Informou que como era habitual, a reunião estava a ser gravada para efeitos de ata, com interpretação em português, francês, espanhol e inglês e que a ata da última reunião tinha sido adotada a 29 de dezembro de 2025. Comunicou ainda ao Comité Executivo o resumo das recomendações adotadas pelo CCRUP nos últimos seis meses. Entre elas destacavam-se: o impacto das alterações climáticas no setor das pescas e da aquicultura, as estatísticas do setor europeu das pescas e da aquicultura - a simplificação da recolha de dados, e, finalmente, após quatro anos, a definição do conceito de pesca artesanal nas Regiões Ultraperiféricas. O roteiro para o combate à pesca INN nas RUP até 2030, conforme proposto pelos membros, e a reintrodução do Posei Pescas para os pescadores das RUP, conforme solicitado. Outras recomendações incluíam: o acesso dos navios de pesca que arvoram o pavilhão da República Bolivariana da Venezuela à zona económica exclusiva da Guyane Francesa, a pesca sustentável na União Europeia para 2026; recomendações conjuntas com o MEDAC, o CCSUL e o LDAC sobre o ICCAT 2025, a simplificação regulamentar para as RUP, resultante de duas consultas específicas da Comissão Europeia às RUP, o projeto piloto de engorda de Atum-rabilho (*Thunnus thynnus*) e Gallha-à-ré (*Thunnus albacares*) em águas das Ilhas Canárias e estratégias gerais para as regiões ultraperiféricas da União Europeia. Referiu ainda que alguns daqueles pontos seriam abordados posteriormente na reunião do Comité Executivo, uma vez que existiam recomendações muito semelhantes sobre temas idênticos, conforme já informado ao presidente

daquele comité. Informou igualmente que nos últimos seis meses, o CCRUP tinha participado em diversas atividades: no grupo de foco do MEDAC sobre pesca de pequena escala, no congresso FAO-Conxemar em Vigo; na reunião de partes interessadas no âmbito da 29ª Reunião Anual da ICCAT Online, no grupo de trabalho da 1 do LDAC, no Conselho Consultivo da EFCA, no Fórum Inter-CC sobre o Brexit, no grupo de trabalho do CCSUL sobre pescas de espécies pelágicas, na reunião inter-CCs para a organização do *European Maritime Day*, do qual seriam coorganizadores, em conjunto com o MEDAC, CCSUL e o BSAC, na reunião anual da ICCAT em Sevilha e no diálogo de implementação sobre pescas costeiras e de pequena escala, com o Comissário Kostas Cádiz em Bruxelas. Além disso, o CCRUP candidatou-se ao estatuto de membro do *European Ocean Board*, no âmbito do Pacto Europeu dos Oceanos, permitindo aos profissionais e às organizações moldar o futuro dos oceanos. O CCRUP passou a integrar esse quadro, garantindo que as suas necessidades eram transmitidas. Por fim, informou que estavam presentes como observadores naquela reunião: o Sr. Benoît Guerin (*BG SEA Consulting*), a Sra. Lisandra Sousa (Coopescamadeira), a Sra. Anne-France Mattlet (*Europêche*), a Sra. Ana Silva (Federação das Pescas dos Açores), o Sr. Rui Catarino (ICES), e a Sra. Isadora Nunes e o Sr. Rodrigo Singo (*Marine Stewardship Council*).

A Sra. Amanda Pérez (DGMARE) afirmou que gostaria de intervir relativamente ao ponto anterior sobre a revisão de desempenho, porque ao longo da manhã tinha ouvido várias referências em relação às recomendações. Considerava que poderia ser útil esclarecer todo o processo depois que uma recomendação era enviada e recebida na DGMARE. Explicou que a maioria das recomendações tinha natureza horizontal, abordando temas que envolviam diferentes unidades da DGMARE e que por essa razão, as respostas eram elaboradas de forma conjunta por vários colegas de áreas distintas e, em alguns casos, requeriam ainda validação jurídica para garantir a sua consistência. Acrescentou que nem sempre era possível apresentar respostas tão detalhadas quanto desejado, uma vez que muitos dos temas eram amplos e não dependiam exclusivamente da Comissão Europeia. Referiu, como exemplo, as recomendações relacionadas com a ICCAT, em que não era possível assumir compromissos sobre decisões que ainda seriam objeto de negociação. O mesmo se aplicava aos acordos bilaterais, cuja execução dependia do calendário e da conclusão das negociações, só depois das quais se poderia retomar algumas propostas. Muitas vezes, tratava-se de questões que exigiam ação a nível nacional e não europeu, por isso, as respostas acabavam por ser mais gerais e não podiam criar expectativas de que todos os problemas seriam resolvidos a curto prazo. Defendeu que poderia ser útil apresentar recomendações mais concretas, identificar um problema específico e indicar claramente onde se precisava de apoio. Dessa forma, orientadas para o contexto da União Europeia, as respostas poderiam ter maior valor acrescentado e auxiliar

no progresso do trabalho. Referiu ainda que existiam dois tipos de recomendações: algumas solicitavam mudanças no sistema, para melhorar processos ou corrigir deficiências e outras refletiam problemas concretos enfrentados pelos membros. Nestes casos, recomendava que as sugestões fossem pequenas, focadas e claras: “qual era o problema, como podia a União Europeia ajudar e o que precisava de mudar e como”. Salientou que, quando o problema recaía sobre competências nacionais, a resposta teria de ser direcionada ao Estado-membro, por respeito às suas responsabilidades e reconheceu que, por vezes, uma resposta mais genérica não era satisfatória, mas era a única opção possível. Concluiu afirmando que seria muito mais produtivo receber recomendações focadas e centradas na União Europeia, pelo menos para a parte que competia à DGMARE.

#### **5. Encerramento da primeira parte da reunião pelo Secretário de Estado das Pescas e do Mar - Salvador Malheiro.**

O Doutor Salvador Malheiro cumprimentou todos e antes de ler o seu discurso oficial, considerou importante partilhar duas mensagens pessoais, tendo apreciado particularmente a interação ocorrida ao longo da sessão. Sublinhou que o CCRUP teria tanto mais importância quanto maior fosse o foco e a participação individual de cada um. Se os participantes não se sentissem parte de uma plataforma capaz de influenciar ou se não houvesse união, a força do Conselho começaria a enfraquecer. Destacou ainda que se sentia parte do CCRUP, mesmo que apenas como observador, e que tinha uma enorme reconhecimento pelas regiões ultraperiféricas portuguesas. Portugal era privilegiado por possuir duas regiões autónomas com especificidades bem conhecidas, e era obrigação do Governo apoiar estas regiões, mas para isso, era essencial manter a união dentro do Conselho. Referiu que a intervenção do Sr. Jean Michel Cotrebil o impressionara e sublinhou que os problemas existentes não eram culpa dos membros presentes, mas resultavam da interação com os Estados-membros. Assumiu publicamente que, como Secretário de Estado das Pescas e do Mar de Portugal, estaria disponível para defender os interesses da Martinica junto do Governo de França, destacando que quanto mais membros envolvidos, melhor seria a capacidade de influência. Salientou a particularidade portuguesa, onde existia uma ligação muito estreita entre o Governo da República e os Governos Regionais, já tinha visitado várias vezes os Açores e a Madeira, defendendo os interesses daquelas regiões como forma de defender os interesses de Portugal. Reconhecia, contudo, que a situação não era idêntica noutros Estados-membros, como Espanha ou França, e sublinhou a necessidade de solidariedade entre todos. Manifestou ainda interesse em visitar a Martinica, caso as próximas reuniões do CCRUP se realizassem lá, deixando claro que estava disponível para colaborar. Por fim, retomou

a formalidade do discurso oficial, expressando o gosto em intervir na reunião do CCRUP que se realizava em Lisboa. Informou que tinha conhecimento que as frotas das regiões ultraperiféricas eram maioritariamente compostas por embarcações que desenvolviam a sua atividade com linhas e anzóis, utilizando artes de pesca artesanais altamente seletivas e de baixo impacte. A pesca do atum com salto e vara era, como todos sabiam, uma atividade associada à identidade dos Açores e da Madeira, sendo, para estas regiões, muito mais do que uma atividade económica. Era, efetivamente, um modo de estar na vida, com profundas raízes históricas e culturais, onde o mar constituía o centro de gravidade da coexistência social. Também por esses motivos, o Governo da República Portuguesa dava especial atenção à pesca artesanal, empenhando-se em assegurar e defender um tratamento diferenciado para as regiões ultraperiféricas, exigindo que fosse devidamente aplicado o artigo [349 do Tratado da União Europeia na execução da Política Comum das Pescas](#), que reconhecia a situação particular daquelas regiões, marcada por fatores como a insularidade, as intempéries climáticas e a dependência económica em relação às áreas continentais. Informou ainda que o governo português defendia, no âmbito das negociações do futuro Quadro Financeiro Plurianual, medidas de apoio mais favoráveis para aquelas regiões, nomeadamente no que respeitava à modernização da frota, com vista à criação de melhores condições de trabalho e de competitividade, fundamentais para garantir a sustentabilidade das comunidades pesqueiras, sempre respeitando as competências das autoridades regionais. Era assim, em coordenação com a União Europeia, que o Governo da República podia contribuir para o desenvolvimento de comunidades prósperas e sustentáveis, onde o papel desempenhado pelo CCRUP e pelos demais conselhos consultivos se revelava imprescindível para alcançar um pacote legislativo equilibrado e equitativo para o setor da pesca, profundamente heterogéneo a nível da União Europeia. Afirmou que nos dias seguintes, seriam discutidos temas de grande relevo para as pescas das regiões ultraperiféricas e que os resultados desses debates enriqueceriam todos os intervenientes e o Governo português mantinha-se atento às posições defendidas pelo setor. Aproveitou ainda para referir que, no âmbito da regionalização da Política Comum das Pescas, existia também a possibilidade de adotar, de modo simplificado, medidas de regulação da atividade, através de recomendações dos grupos regionais, aplicáveis igualmente às águas das regiões ultraperiféricas. Olhando para o futuro, e com a atual Política Comum das Pescas em final de ciclo, o Governo considerava muito importante a criação de um quadro legal que permitisse a renovação da frota pesqueira das RUP, melhorando as condições de saúde, segurança, higiene e trabalho, promovendo a descarbonização e a eficiência energética das embarcações de pesca. Saudou o trabalho realizado e o esforço desenvolvido para que a União Europeia reconhecesse as necessidades específicas das regiões e incentivasse a continuidade da intervenção do setor, como

contributo para a promoção de uma pesca mais sustentável e competitiva, reforçando, simultaneamente, a segurança alimentar do país. Por último, ciente da importância dos recursos regulados pela Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) para Portugal, em particular para as frotas pesqueiras das RUP, foi com enorme prazer que anunciou que Portugal iria acolher, mais uma vez, a reunião anual desta organização em 2026, a realizar em Vila Moura, no Algarve, entre os dias 16 e 23 de novembro.

#### **Membros efetivos:**

<i>Asociación Tinerfeña Amigos de la Naturaleza</i>	Mercedes Garcia
<i>Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores</i>	Pedro Capela
<i>Associação dos Produtores de Amêijoia da Fajã de Santo Cristo</i>	Rafael Martins
<i>Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores</i>	Jorge Gonçalves
<i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins La Réunion</i>	Ludovic Courtois ( <i>Online</i> )
<i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique</i>	Jean Michel Cotrebil
<i>Coopescamadeira</i>	Jacinto Silva
<i>Federação das Pescas dos Açores</i>	Ruben Farias
<i>Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife</i>	Irene Monterrey Viña
<i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>	David Pavón
<i>Mútua dos Pescadores</i>	João Delgado

#### **Observadores:**

<i>BG Sea Consulting</i>	Benoît Guerin
<i>Coopescamadeira</i>	Lisandra Sousa
DGAMPA	A. Martinelli ( <i>Online</i> )
DGMARE	Charlina Vitcheva
DGMARE	Yasmin Schinasi-Romeu

DGMARE	Amanda Perez
Direção Geral de Pesca Sustentável de Espanha	Francisco Curiel (Online)
Europêche	Anne-France Mattlet (Online)
Federação das Pescas dos Açores	Ana Silva (online)
ICES	Rui Catarino
Lotaçor	Luis Rodrigues
<i>Marine Stewardship Council</i>	Isadora Moniz
<i>Marine Stewardship Council</i>	Rodrigo Sengo
NWWAC	Mo Mathies (online)
Secretaria de Estado das Pescas e do Mar de Portugal	Salvador Malheiro
Secretaria de Estado das Pescas e do Mar de Portugal	Luis Lopes
Secretaria de Estado das Pescas e do Mar de Portugal	José Carlos Santos
Secretaria Geral de Pesca de Espanha v	Teresa Molina (Online)